

SUMÁRIO

I. Significado, origem e natureza da máxima <i>iura novit curia</i>..	21
1. Significado	21
2. Um conceito dominante no direito ocidental	26
3. Outras acepções da máxima	29
4. Origem	33
5. Uma origem imprecisa e um significado oculto	37
6. Natureza jurídica.....	39
II. Divisão de trabalho no processo: o papel de cada um dos seus protagonistas e a responsabilidade de todos pelo desfecho almejado.....	43
1. Aplicação do direito: protagonistas.....	43
2. Divisão de trabalho no processo	44
3. A comparticipação no processo	46
4. A missão do juiz, o papel do Ministério Público e a atuação do advogado	54
5. Para um desfecho consentâneo com a eficiência processual	60
III. Processo autoritário e processo democrático	65
1. Processo judicial e regime político	65
2. Processo autoritário.....	71

3.	Processo democrático	72
4.	Equilíbrio entre os protagonistas do processo: um imperativo do devido processo legal.....	77
5.	O processo civil brasileiro e os poderes do juiz	78
IV. A <i>causa petendi</i> e suas formas de expressão: fator determinante na aplicação do brocardo		81
1.	<i>Causa petendi</i> : conceito	81
2.	Formas de expressão da causa petendi: teorias da substanciação e da individuação	89
3.	A discricão judicial e a <i>máxima iura novit curia</i>	98
V. O princípio dispositivo e as limitações que impõe ao emprego da máxima <i>iura novit curia</i>.....		103
1.	O princípio dispositivo e seus corolários	103
2.	O princípio da congruência e seu alcance.....	111
3.	Hipótese em que a disposição das partes pode afastar ou limitar a aplicação da máxima <i>iura novit curia</i>	115
4.	O revigoreamento do princípio dispositivo e o declínio do <i>iura novit curia</i> no CPC / 2015.....	120
VI. O princípio do contraditório e o novo cenário em que se insere o <i>iura novit curia</i>		125
1.	O contraditório como bilateralidade de audiência	125
2.	O contraditório como possibilidade de influência	128
3.	O contraditório dinâmico e sua abrangência	135
4.	O contraditório e os limites que impõe ao <i>iura novit curia</i>	139
VII. A máxima no processo do trabalho, no processo eleitoral e no processo penal		147
1.	A máxima no processo do trabalho.....	147
2.	A máxima no processo eleitoral	152
3.	A máxima no processo penal	155

VIII. A máxima nos recursos extraordinário e especial.....	161
1. Natureza dos recursos extraordinário e especial	161
2. Admissibilidade dos recursos extraordinário e especial: ônus que recai sobre o recorrente.....	164
3. Mérito: extensão do poder jurisdicional	170
IX. A máxima no mandado de segurança.....	175
1. O mandado de segurança como ação especial.....	175
2. O mandado de segurança como garantia constitu- cional.....	177
3. Direito líquido e certo: conceito e alcance.....	180
4. Liminar e sentença de mérito: alguns aspectos.....	185
X. A máxima na ação rescisória	191
1. Ação rescisória: considerações preliminares.....	191
2. Aplicabilidade da <i>máxima iura novit curia</i>	192
XI. A máxima nas ações de controle da constitucionalidade e de preservação da eficácia da norma constitucional.....	197
1. A máxima na ação direta de inconstitucionalidade, na ação declaratória de constitucionalidade e na arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	197
2. A máxima no mandado de injunção.....	202
XII. A máxima na ação reivindicatória.....	205
1. <i>A causa petendi</i> na ação reivindicatória	205
2. Hipóteses em que a máxima poderia ser invocada	208
XIII. A máxima na Jurisdição Voluntária.....	213
1. Jurisdição voluntária e jurisdição contenciosa.....	213
2. A jurisdição voluntária em face de alguns princípios processuais	216

3.	Critérios de julgamento na jurisdição voluntária	221
4.	Poderes do juiz na jurisdição voluntária: o risco de sua hipertrofia.....	228
XIV.	A máxima e o mito.....	233
1.	A máxima em sua justa acepção	233
2.	O mito, como projeção da máxima no imaginário	238
3.	O equilíbrio que a realidade processual sugere.....	241
	Bibliografia	245